



globalização e o jornalismo internacional nos periódicos brasileiros ¹

Carlos Marcos Avighi ²

Resumo: O projeto propõe o estudo do jornalismo brasileiro em relação à pauta internacional no suposto dos efeitos da globalização. É seu escopo identificar nos textos jornalísticos o surgimento de uma nova articulação da linguagem que de modo específico organiza as questões internacionais de acordo com os processos de globalização. Busca contribuir para a formação de uma nova teoria do jornalismo preocupada com o mundo contemporâneo, ou seja, procura organizar um modelo de investigação menos empenhado na referência “comunicação e desenvolvimento” e mais sensível à emergências das temáticas globais, com os problemas e desafios por elas impostos.

Palavras-chave: *Jornalismo brasileiro, globalização, política internacional, relações internacionais, F. Braudel*

Abstract: The purpose of this project is to study the performance of Brazilian journalism with regard to the international issues on the possible effects of Globalization. The aim is to identify the appearance of a new articulation of language that organizes, in a specific way, the international questions derived from such effects. It also intends to verify how these articulations of the language demonstrate the differences between the processes of international relations and the practices of international policy of the nations. This project tries to organize a research model less interested in the references to “communication and development” and more sensitive to the Global subject-matters.

Key-words: *Journalism, international, globalization, policy, international relations, évènementiel, F. Braudel.*

¹ Este projeto se vinculou ao Núcleo Permanente de Estudos de Jornalismo e Linguagem do Programa de Pos-Graduação em Jornalismo do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e ao Grupo Integrado da pesquisa: “A Globalização da Comunicação. A Desterritorialização da Cultura. A Tecnologia.

² Carlos Marcos Avighi, formado em jornalismo pela ECA USP e em história na FFLCH, USP mestre e doutor em Ciências da Comunicação, livre docente, foi professor do Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes Universidade de São Paulo. Faleceu em 7 de maio de 2004.

Definição de objetivos

O projeto tem como proposta o estudo do desempenho do Jornalismo brasileiro em relação à pauta internacional no suposto dos efeitos da globalização. É seu escopo identificar nos textos jornalísticos o surgimento de uma nova articulação da linguagem que de modo específico organiza as questões internacionais de acordo com os processos da globalização. Propõe-se a verificar de que modo as articulações da linguagem demonstram as diferenças entre as práticas da política internacional dos Estados e os processos das relações internacionais, considerando-se efeitos da globalização. O projeto busca contribuir para a formação de uma nova teoria do Jornalismo preocupada com o mundo contemporâneo, ou seja, busca organizar um modelo de investigação menos empenhado na referência da “comunicação e desenvolvimento” e mais sensível à emergência das temáticas globais, com todos os problemas e desafios por elas impostos.

Essas metas têm em vista o ensino e a pesquisa: ao organizar um modelo de investigação espera construir um sistema passível de gerar um programa direcionador de cursos da pós-graduação e de estimular novas pesquisas preocupadas com os temas emergentes. Julgamos necessário o exercício da pesquisa e sua divulgação capazes de aguçar no futuro jornalista, e mesmo no profissional, a sensibilidade para as realidades contemporâneas e para a prática de um jornalismo internacional condizente com nosso tempo.

Considerações iniciais

A relevância do tema é dada pela dimensão ímpar que assumem nos dias de hoje os processos mundiais, que na imprensa ocupam não só as editorias de internacional, mas que configuram um novo jornalismo internacional

Tradicionalmente, entendia-se que o jornalismo internacional restringia-se às editorias de internacional. Todavia, pesquisas por mim coordenadas com os alunos de Jornalismo mostram uma tendência decrescente dos recursos dessas editorias, ao mesmo tempo que uma ampliação da cobertura de eventos mundiais em diferentes setores (economia, esporte e assim por diante). A fim de compreender esta nova distribuição de pautas, procedi a uma revisão conceitual, distinguindo entre editoria de internacional e jornalismo internacional. À primeira estão afetas às matérias referentes às relações entre os Estados e as ocorrências num país estrangeiro, enquanto que o jornalismo internacional abarca os mais diversos assuntos procedentes do exterior. O jornalismo internacional transcende a editoria que lhe tem sido destinada e alcança as demais editorias, o que vale dizer que, no panorama mundial hoje definido, os temas internacionais são de tal porte e complexidade que uma editoria exclusiva não poderá dar conta deles.

Essa operação resulta da distinção entre política internacional e relações internacionais já utilizada pelos especialistas em processos mundiais. No âmbito desses estudos e dos estudos de Jornalismo a distinção é inevitável para a interpretação das realidades da globalização que tudo envolvem e que avançam muito além do terreno da política dos Estados. A questão é determinar em que medida os jornalistas estão preparados para assumir essas transformações e de que modo os periódicos brasileiros exprimem tais ocorrências. Não são poucos os desafios, a começar pelos novos critérios e categorias consignados pelas mudanças no plano internacional, às quais o Brasil não pode se furtar.

A proposta de rever a teoria do Jornalismo a partir da investigação do Jornalismo internacional face às mudanças mundiais implica no diálogo sistemático

com a literatura especializada nas relações internacionais e com os pesquisadores desta área e de outras áreas a ela pertinentes.

O Jornalismo é uma prática; não é um saber teórico e, portanto, pede a concorrência das disciplinas científicas para se pensar a si mesmo. É o que acontece com os estudos de Jornalismo em muitos cursos, entre eles, à guisa de exemplo, o da *Graduate School of Journalism*, adido ao curso de Relações Internacionais da *Columbia University*. Mais não fosse, por si próprios os laços entre as práticas jornalísticas e as relações internacionais impõem esse diálogo, dados os desafios apresentados e sua ressonância no Brasil.

Até há pouco tempo era relativamente discreta a atenção dos brasileiros para os assuntos mundiais, e o Jornalismo podia, então, satisfazer-se com as editorias de internacional. A globalização suscitou uma mudança radical nessa expectativa limitada. Entretanto, os desafios que hoje nos afetam lançam raízes num passado mais distante.

Após a II Guerra Mundial verificou-se um movimento lento mas constante de aproximação das nações que, em décadas mais recentes, configurou-se na formação de blocos regionais. De início, esse movimento, exclusivamente europeu, ressentiu-se das tensões da guerra fria, mas, uma vez desfeita a bipolarização, sucederam-se os projetos de outros blocos e surgiram as grandes linhas da globalização. A expansão dos mercados e os avanços das tecnologias da informação estão à base dessa tendência. Seu esteio são os sistemas ampliados de telecomunicações conjugados a redes informatizadas que vão além da condição de vetores dos grandes mercados e ambicionam atingir todas as esferas da cultura.

Superando o âmbito das instituições de comércio e de finanças, as grandes malhas das telecomunicações inclinam-se a envolver todas as instâncias da vida, das nações ao cotidiano das pessoas. Mesmo as análises relativamente recentes acerca do impacto da telemática na vida contemporânea não suspeitaram o alcance das redes agora vislumbrado (por exemplo, NORA E MINC, 1980).

A rede de comunicação que recobre o mundo ainda é incipiente. O avanço acelerado e as conquistas obtidas permitem antecipar que, em futuro não muito distante, o planeta estará revestido por circuitos informacionais. Satélites de teledetecção, de meteorologia e militares disputam com os satélites de telecomunicações, pelos quais transitam os dados mais variados, da telefonia à telemática e à televisão, e que se associam às mudanças no setor produtivo e de serviços que antecipam a eclosão da 3ª revolução industrial. As transformações em curso encontram na pesquisa espacial o lugar privilegiado, mas não exclusivo, para a expansão de áreas decisivas, em particular na conjugação da eletrônica e da ótica e dos novos materiais, bem como da computação, do laser e da microeletrônica.

Essas transformações suscitam desafios práticos e teóricos para especialistas de diferentes saberes e, no caso em questão, para o jornalista. Dentre alguns tópicos centrais, pode-se destacar o da subsistência ou não da Nação-Estado e de sua relação com a comunicação, o das novas articulações da linguagem imposta pelo panorama mundial, o da descentralização, o das persistências, o da cultura, todos, enfim, determinantes nos debates da desterritorialização e do jornalismo internacional.

Senão, vejamos.

A Nação-Estado

Ao contrário das revoluções industriais precedentes, a que hoje se assiste assume feição particular em razão da velocidade que imprime ao ritmo de sua própria evolução, de tal sorte que uma invenção, por ser existente, já está ultrapassada. O que é, deixa de ser pelo fato de ser. A aceleração ocorre em escala mundial, subtraindo o tempo para a adaptação paulatina dos países, impondo-se de imediato. Além disso, prevê-se que as decisões não partirão de um centro, de uma sede, mas serão globais, da rede.

A primeira e a segunda revolução industrial engendraram processos conflitivos de internacionalização, reforçando as nações-Estado, enquanto que a terceira revolução industrial parece diluir o sentido clássico da nação moderna. Categorias como soberania nacional esvanecem perante temas e problemas de alcance transnacional - meio ambiente, narcotráfico, direitos humanos e similares que desafiam francamente direitos e limites arrogados pelo estado. As redes mediáticas aí comparecem, fazendo a agenda de governos e dos debates públicos, como examinaram Maxwell Maccombs e Donald Shaw no *The Agenda-Setting Function of the Press* (1990).

Mas, o transnacional subentende a existência do nacional. Ainda são as nações que promovem as mudanças, se esforçam para criar blocos regionais e para participar das redes globais. Nada permite supor que os estados nacionais sejam espécie em extinção. Nas relações internacionais e nas comunicações houve poucas mudanças substanciais desde o século XIX - as redes sustentadas pelos satélites são uma continuidade do TSF, que, à sua época e junto com o rádio e o avião, também desafiou fronteiras. E verdade que em órbita geoestacionária no espaço o satélite desconhece impávido qualquer risco, exceto o de um míssil, que poucos países possuem. Nada parece coibir o satélite. O direito espacial cogitado desde as décadas de 60 e de 70 não passa de especulação jurídica.

Nos assuntos internos, os Estados continuam a dispor da precedência, a despeito das redes. Basta que um governo fundamentalista proíba antenas parabólicas nas residências para privar o cidadão das informações globais. Isto seria muito mais difícil de fazer com o rádio. Na hipótese (muito concreta, deu-se na revolução iraniana) de subversão, a “big media” pouco conta; a eficácia dos revoltosos tende para a “small media” (rádio, cassete, vídeo, xerox).

A globalização aguardada é uma rede informacional que cobre entidades nacionais e locais. As entidades singulares terão de se adaptar no plano interno e externo se quiserem compartilhar dos mercados que se formam. Compatibilizar-se com os mercados atuais implica em incrementar o setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D), que está intimamente associado às telecomunicações computadorizadas. Alcançada a sintonia, as instituições particulares subsistem diante da tecnologia e dos mercados - mesmo os protocolos assinados no âmbito dos mercados regionais submetem-se às constituições nacionais.

As adaptações das nações modernas obedecem a exigências precisas - buscam a simetria ao mercado mundial, vale dizer à nova divisão social do trabalho; respondem à inoperância dos conceitos clássicos de segurança territorial diante das técnicas de guerra (sem falar da mobilidade solerte do narcotráfico); atendem os clamores pela racionalização do uso dos recursos naturais considerados patrimônio da humanidade; reagem às cobranças relativas aos direitos humanos.

Novas articulações da linguagem

O que efetivamente muda nas relações internacionais contemporâneas são os conceitos de poder que orientaram por séculos a vida das nações e que se radicalizaram na primeira metade do século XX. O poder nacional - visto como capacidade de autonomia própria (soberania) e de interferência sobre outros estados e culmina com a aspiração a ingressar no chamado clube das grandes potências - media-se por critérios de população, território, recursos naturais tidos como requisitos de força industrial e militar, estes últimos agregados (KENNEDY, 1989). Avaliação quantitativa, fruto de uma visão mensurativa e classificatória, tende a diluir-se a favor de uma percepção qualitativa que privilegia o enfoque relacional. Além de cambiante e pontual, a perspectiva relacional investe na influência derivada de um espectro de critérios dinâmicos dirigidos para fins cooperativos, ou ao menos não coativos, radicados na negociação.

As mudanças advêm do fim da guerra fria, em que pesem os conflitos armados localizados e a subsistência dos arsenais nucleares. Despertada pelas solicitações dos novos mercados e pelos investimentos em P&D, a barganha assoma como o modo adequado, aliás único, de atuação nos pontos de confluência entre a nação e o global. Tem-se aí, de fato, a convergência entre o que persiste e o que muda, entre mercado e tecnologia, entre política e cultura.

O novo vocabulário das coisas mundiais começa, no dizer de Celso Lafer (1985), pelas noções de competência e de habilidade, que configuram um estilo, cujos meios são pacíficos e cujos instrumentos são as representações simbólicas (o que um país significa para os outros), jurídicas e políticas. Uma linguagem, enfim, provida de uma sintaxe, ou dimensão de coerência a princípios e a interesses básicos; de uma semântica, ou dimensão de mudança, de abertura a situações cambiantes, e de uma pragmática, ou dimensão de persuasão de parceiros internacionais conforme a evolução da sintaxe e da semântica.

Globalização e descentralização

Admitida a categoria do estilo, verifica-se que ela opera em vetores descentralizados no plano interno e nas relações exteriores das nações. Poucos são os países que mantêm um “locus” exclusivo de decisões para a política externa. Os serviços diplomáticos têm uma tarefa coordenadora ou limitam-se a representar o estado no estrangeiro, deixando boa parte das operações internacionais com empresas estatais ou privadas, bancos e sindicatos e, até mesmo, com outros ministérios. O grau de autonomia é variável e tende a se restringir nas ditaduras (na ditadura militar brasileira o Conselho de Segurança Nacional era constritor) e nos países que orientaram sua economia para a exportação de poucos produtos (por exemplo, a Coreia do Sul).

Na esfera internacional sucedem-se os entendimentos multilaterais, o que permite a formação dos blocos regionais, e multiplicam-se os foros dedicados a assuntos específicos que acorrem à agenda internacional, desde os direitos humanos ao estatuto da Antártida, da pesca de baleias aos bens considerados patrimônios da humanidade.

No terreno vasto da simetria ao perfil global, da “agenda-setting” da mídia e da descentralização cabe destaque às Organizações Não-Governamentais, algumas verdadeiramente extra-fronteiras. A Anistia Internacional, a Cruz Vermelha e outras podem igualmente ser consideradas globais. É provável que desses movimentos e da pauta dos assuntos planetários (direitos humanos, recursos naturais e semelhantes) possa nascer algo que se aproxime de uma cultura global.

As Persistências

Se a conjuntura contemporânea aponta para mudanças de amplitude desconhecida, as estruturas que condicionaram a vida das nações e das pessoas nos últimos séculos ainda não mostram alterações claras. Três persistências estruturais chamam a atenção: o perfil tradicional da nação moderna, o descompasso Norte/Sul e os nacionalismos étnicos. As adaptações imperiosas nas nações à ordem que se esboça incidem em investimentos no setor de P&D, em esforços de estabilização política e econômica e em reformas referentes ao bem-estar social, ao meio ambiente e à educação - esta última como acesso a P&D e à informatização.

A própria mídia contribuiu para que os governos agendassem estes e outros requisitos, tanto mais urgentes nos países do hemisfério Sul. Apesar de se manifestar em diversas áreas, a disparidade Norte/Sul é mais nítida no campo da produção científico-tecnológica, crucial para o ingresso na terceira revolução industrial e, por conseqüência, no processo de globalização. Os avanços nessa área são de tal porte que o país retardatário haverá de regredir em proporção aos que dominarem a tecnologia ou se submeterá a terceiros, compondo o conjunto das "information colonies".

A reincidência de velhos nacionalismos e a eclosão de outros, não raro virulentos, desafiam em aparente paradoxo a tendência globalizadora. Povos secularmente dominados terão de cumprir sua história, da qual foram subtraídos. Mais uma vez: constituir-se em nação moderna (por absorção ou por independência) para aderir a globalização. A nação-Estado se supera ao se fortalecer.

Em todos os pontos nevrálgicos desponta o campo cultural (por esquivo que seja o conceito) como elemento interface no intrincado encontro da conjuntura com a estrutura.

Comunicação e Cultura

As expressões comunicação e cultura referem-se à organização global procedida pela informação e pela comunicação, que não se limitam a mensagens e a circuitos mediáticos. Definem a vida social como um todo. Há uma disposição em se recusar a concepção de sociedade como um sistema de produção destinado a promover o crescimento medido pelo PIB, em sua ausência ocorrendo a estagnação, segundo pensam teóricos de todos os matizes ideológicos. A sociedade começa a ser vista como relação - não se produz o social (GODBOUT, 1988). As transformações a que se assiste não agem por fragmentos, mas alteram a vida social em sua totalidade, o perfil da tecnologia, a organização do trabalho, o uso do tempo livre, o conteúdo do sistema escolar e assim por diante.

A mídia globalizada apaga a diferença entre "dados estratégicos" (dados científicos, tecnológicos, financeiros e outros desse jaez, indispensáveis à globalização) e as informações "de conteúdo" (os "bens culturais", os "produtos comunicacionais", filmes, programas de televisão e outros) (RAVAULT, 1986). Por ativos que sejam os receptores, as redes consignam valores, forjam o "imaginário coletivo".

O que se vê e se prevê é a disseminação de emissões sem determinação qualitativa, a indeterminação de critérios, exceto os da distribuição. É o horizonte atual. Já chegou ao jornalismo. A cobertura da Guerra do Golfo fixa um divisor de águas. A CNN alterou o padrão de distribuição de notícias fundado nas agendas e, instituindo a transmissão ao "vivo absoluto", exemplifica a indeterminação da mídia contemporânea - elimina a necessária distância para conceituar e mescla o jornalista ao acontecimento em grau indesejável.

Talvez seja cedo para afirmações taxativas sobre a cultura na era da globalização. São ainda poucos os estudiosos que se debruçam sobre o tema despidos do entusiasmo juvenil diante do aparato técnico. Anthony Smith, no artigo *"Toward a Global Culture?"* (1992), pondera sobre os rumos eventuais da cultura na globalização e observa, com consistência, os problemas e desafios de tal estudo.

A intersecção da mídia e das relações internacionais não poderia ter sido incluída mesmo em análises relativamente recentes das relações mundiais, dada a novidade do tema (ausente, por exemplo, em DEUTSCH, 1978). Os acontecimentos internacionais estão cada vez mais imbricados com a mídia, seja no plano das mudanças internas de países e regiões (veja, por exemplo, ASH: 1990, sobre a intervenção dos meios de comunicação na abertura do Leste europeu), seja nas relações exteriores dos governos, para as quais há estudos específicos (para os EUA, O’Heffernan, 1991).

Elihu Katz, na abertura do artigo *"The End of Journalism? Notes on Watching War"* (KATZ, 1992), expõe um dos pontos centrais da globalização - todas as pessoas em todos os lugares viram a mesma Guerra do Golfo, o pouco que havia para ver. Governos e cidadãos dispõem de condições de ampliar o conhecimento dos fenômenos para além do que a rede informa? A resposta é importante, pois define os rumos de decisões da administração pública e das empresas privadas, configura o grau de segurança das instituições de pesquisa e mede a pertinência do jornalismo na sociedade contemporânea.

Participar da investigação sobre estes pontos é o escopo do projeto de pesquisa que ora se apresenta.

Metodologia da pesquisa

Uma vez que a pesquisa se orienta pela articulação entre fatos e postulados da globalização ainda incipientes e persistências seculares, adota a perspectiva do tempo em camadas com ritmos próprios, tal como exposto por Fernand Braudel (BRAUDEL, 1958). A ascensão da mídia global situa-se no tempo da conjuntura, aquele que abarca o passado em largos períodos de dez a cinquenta anos, e as entidades tradicionais, que se localizam no tempo longo das estruturas, de amplitude secular.

Ao *évènementielle* braudeliano correspondem acontecimentos singulares das relações internacionais e da comunicação, em particular os avanços da tecnologia da mídia, que não estão contemplados na pesquisa por formarem um campo específico.

Resulta, em parte, desta orientação o emprego do conceito de relações internacionais ao invés de política internacional. As relações internacionais descortinam um horizonte mais amplo de objeto de estudo e uma articulação mais rica, envolvendo sempre os movimentos das conjunturas e das estruturas, enquanto a política internacional se restringe a relação entre os Estados e inclina-se a cristalizar-se no tempo curto, raramente transitando pelas conjunturas.

O objeto do presente estudo se ressentir das ocorrências da política internacional, mas se configura e se explica no contexto das relações internacionais, que abarca a política internacional e a comunicação, a cultura, as nações, as etnias e os temas da globalização. Além disso, as relações internacionais ultrapassam o enfoque puramente tecnológico e transcendem os quadros de análise exclusiva da economia política.

O tema poderia sugerir a expressão relações globais, mas o termo somente se justificaria após o exame que se pretende proceder, nunca antes sob o risco de juízo prévio. De qualquer modo, ainda não é expressamente utilizada e,

decerto, induziria a equívocos, principalmente quando a globalização é ainda incipiente.

No que se refere a comunicação, a análise incide, basicamente, nos fluxos mundiais da comunicação e da informação, mas com um sentido bem distinto daquele que prevaleceu nas décadas de 60 e de 70. Na época, os debates sobre as relações internacionais e sobre os fluxos estavam impregnados / de duas realidades então cruciais: a bipolarização do mundo e os projetos de desenvolvimento nacionais. Com o fim da guerra fria e com a falência dos modelos desenvolvimentistas clássicos, o teor dos fluxos se transferiu para a descrição e argumentação das necessidades da globalização e dos esforços de regionalização.

Esta constatação recomenda desde logo a cautela contra os entusiasmos precoces e contra o ceticismo míope que freqüentam os temas relativos à globalização. A cautela é reforçada por dois motivos: o prestígio que a comunicação para o desenvolvimento ainda desfruta e o agravamento dos desequilíbrios Norte/Sul.

As teses da comunicação e desenvolvimento, que tiveram seu ponto alto no chamado relatório MacBride (UNESCO, 1983), encontram grande repercussão, como se vê pela reedição de seus clássicos (por exemplo, FISCHER e MERRILL, 1976) e pelas publicações recentes de livros sobre o mesmo assunto (por exemplo, MOWLANA e WILSON, 1990). No entanto, o fim do litígio Leste/Oeste, longe de favorecer a globalização, desvelou as disparidades Norte/Sul - nada permite supor que houve alterações substanciais nas realidades descritas pelas agendas mundiais desde o pós-guerra. Em suma, histórica e teoricamente é intrincado o encontro do conjuntural e do estrutural nas relações internacionais e na comunicação.

A interconexão da instância globalizadora e dos estratos particulares exige um novo aparato teórico capaz de rever noções que perderam o significado e devem ser abandonadas ou que aguardam uma análise atualizadora, entre outras, as categorias de nação-Estado, soberania nacional, dependência, imperialismo que até recentemente orientavam os estudos das relações internacionais e da comunicação. Acerca do desafio epistemológico lançado por este final de século, Octavio Ianni fez um resumo temático no artigo "*Globalização: novo paradigma das ciências sociais*" (1994). Um aprofundamento crítico das percepções e das tendências teóricas acerca da globalização foi desenvolvido por Renato Ortiz no *Mundialização e Cultura* (1994).

Da mesma forma, no âmbito dos estudos específicos sobre a globalização confrontam-se visões reiterativas e percepções que pedem revisão de conceitos. A própria categoria central de "sociedade da informação" foi posta em questão por Wilson P. Dizard Jr no *The Coming Information Age* (1989,2).

Para tanto, a pesquisa elege como corpus a consulta bibliográfica especializada e a leitura e análise das matérias internacionais publicadas por periódicos. Baseia-se numa amostragem de periódicos impressos, dois diários e dois semanários, e incide no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Os periódicos propostos: **O Estado de São Paulo, O Jornal do Brasil e as Revistas Veja e Isto É.**

Referências bibliográficas

ASH, T.G., Nós. o Povo (a revolução de 1989 em Varsóvia. Budapeste, Berlim e Praga). trad. Tomas Rosa Bueno, São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

BRAUDEL, F. "História e Ciências Sociais (a longa duração) ", trad. Ana Maria de A. Camargo, Revista de História, vol. XXX, nº 62 (abril-junho). 1995, São Paulo, FFLCH/USP, ps. 261/294.

DEUTSCH, K. Análise das Relações Internacionais, trad. Maria Rosinda R. da Silva, 2ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 182 (primeira edição: 1978).

DIZARD JR., W. The Coming Information Age (an overview of technology, economics and politics), 3ª ed., New York, Longman, 1989 (1ª ed.: 1982).

FISCHER, H.-D. e MERRIL, J. C. (eds.), International and Intercultural Communication, 2ª ed. (revista e ampliada), New York, Hastings House Publishers, 1976.

GODBOUT, T.T., "Le social n'est pas un systeme de production", Revue Internationale d'Action Communautaire. nº 60. automne 1988. pags. 51/54.

HERMAN, E. & MCCHESENEY, R. W. The Global Media (the new missionaries of global capitalism). London and Washington, Cassell, 1997.

IANNI, O. A Sociedade Global, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993 (1ªed.: 1992).

_____, "Globalização: novo paradigma das ciências sociais", Revista Estudos Avançados, vol. 8, nº 21, maio-agosto, 1994, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados / USP, 147-163.

KATZ, E. "The End of Journalism? Notes on Watching the War", Journal of Communication, vol. 42, nº 3, summer 1992, Austin (Texas), International Communication Association.

KENNEDY, P. Ascensão e Queda das Grandes Potências (transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000), trad. Waltensir Dutra, 2ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 1989 (1ª ed.:1989).

LAFER, C. "A Diplomacia Brasileira e a Nova República", Política e Estratégia, vol. II, nº 1, janeiro-março de 1985, São Paulo, Convivium: 24-34.

MCCOMBS, M. E., e SHAW, D. L. "The Agenda-Setting of the Press", in GRABER, Doris A., Media Power in Politics, Washington, Congressional Quarterly Inc., 1990, pags. 73/83.

MOWLANA, H. e WILSON, L. The Passing of Modernity (Communication and the Transformation of Society), New York, Longman, 1990.

NORA, S. e MINC, A .A Informatização da Sociedade, trad. Luisa Ribeiro, Rio de Janeiro, FGV, 1980.

O'HEFFERNAM, P. Mass Media and American Foreign Policy (Insider Perspective on Global Journal and the Foreign Policy Process), Norwood (New Jersey), Ablex Publishing Co., 1991.

ORTIZ, R, Mundialização e Cultura . São Paulo, Brasiliense, 1994.

RAVAULT, R.-J., "Colonialisme Culturel et 'coerséductions' autochtones", Communication Information, vol. 8 n° 1, 1986, Québec, Université de Laval, Editions Sanint-Martin.: 55-106.

SMITH, A. "Towards a Global Culture?", in FEATHERSTONE, Mike (ed.), Global Culture (Nationalism, Globalization and Modernity), 2^a ed. London, Sage Publications, 1992 (1^a ed.:1990):pags. 171/191.

UNESCO, Many Voices, One World: toward a new more just and more efficient world information and communication order, London, Kogan Page, Unipub, Paris, Unesco, 1980.